



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DA PROCURADORA ÉRIKA PATRÍCIA S. DE OLIVEIRA

PARECER N. : 0251/2025-GPEPSO

PROCESSO N. 02461/25

ASSUNTO: Fiscalização de atos e contratos. Apuração de sobrepreço nas contratações diretas realizadas nos Processos Administrativos nrs. 7185/2021 e 4085/2022, nos termos do item XIII, do Acórdão APL-TC n. 00023/2025, exarado no PCe n. 02346/23

UNIDADE: Prefeitura Municipal de Cacoal

RESPONSÁVEL: Adailton Antunes Ferreira

RELATOR: Conselheiro José Euler Potyguara Pereira de Mello

Tratam os autos de Fiscalização de Atos e Contratos a respeito das contratações diretas formalizadas pelo Município de Cacoal, nos Processos Administrativos n. 7185/2021 e 4085/2022, tendo por objeto, respectivamente, a prestação de serviços de recepção e destinação final de resíduos sólidos urbanos coletados no âmbito municipal, conforme especificações constantes dos Termos de Referência elaborados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), com vistas à verificação de eventual sobrepreço nas contratações, nos termos do **item XIII do Acórdão APL-TC n.**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DA PROCURADORA ÉRIKA PATRÍCIA S. DE OLIVEIRA

00023/2025¹, exarado nos autos do Processo n. 02346/23.

Na origem, o Plenário dessa Corte de Contas determinou a autuação de processo específico para verificar se ocorreu sobrepreço nas contratações diretas realizadas nos Processos Administrativos n. 7185/2021 e 4085/2022, ambos voltados à prestação de serviços de recepção e destinação final de resíduos sólidos urbanos no âmbito da Prefeitura Municipal de Cacoal.

Regularmente instruídos, os autos passaram pelo escrutínio da Unidade Técnica, que ao final confeccionou o Relatório de Instrução Preliminar², em cuja conclusão assentou o seguinte:

89. Encerrada a análise técnica preliminar, circunscrita à verificação de eventual ocorrência de sobrepreço nas contratações diretas realizadas pela prefeitura do município de Cacoal/RO, nos Processos Administrativos nrs. 7185/2021 e 4085/2022, considera-se cumprida a presente fiscalização de atos e contratos, uma vez que não foram identificados indícios de materialidade da irregularidade mencionada.

90. Com base no referencial metodológico, e na reavaliação estatística das planilhas de custos e na adoção de medidas estatísticas de referência, infere-se pela **ausência de evidências técnicas que indiquem a ocorrência de sobrepreço**. Os preços contratados, quando comparados com os preços deflacionados para a mesma data-base de contratações similares, situam-se dentro de parâmetros estatísticos aceitáveis, com média, mediana e coeficiente de variação compatíveis no plano temporal, matemático e financeiro.

91. Ademais, os critérios mínimos exigidos para a composição dos custos foram detalhados nos termos de referência e nas pesquisas de preços apresentadas, com o devido suporte de notas explicativas e documentos de respaldo. Destaca-se,

¹ O referido dispositivo está assim redigido no citado Acórdão: “XIII – Determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo que providencie a autuação de processo específico para verificar se ocorreu sobrepreço nas contratações diretas realizadas nos Processos Administrativos n. 7185/2021 e 4085/2022”.

² Inserido no ID n. 1805499.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DA PROCURADORA ÉRIKA PATRÍCIA S. DE OLIVEIRA

ainda, que os valores contratados ficaram abaixo dos montantes estimados nas planilhas técnicas.

92. No entanto, considerando a relevância do objeto contratado, relativo à prestação de serviço de destinação final de resíduos sólidos urbanos (RSU), torna-se imperativo a emissão de alerta à Administração para que adote mecanismos mais precisos e padronizados para a composição detalhada de custos em futuras contratações, de forma a garantir a rastreabilidade das fontes utilizadas e a confiabilidade dos cálculos apresentados em planilhas eletrônicas. Tal medida é essencial para assegurar a adequada auditoria de conformidade e a verificação da exatidão dos preços estimados [destaque na origem].

Na sequência, aportaram os presentes autos no *Parquet* de Contas, para manifestação.

Eis o resumo dos fatos.

Prossigo.

Compulsando os autos, verifica-se que a instrução técnica apoiou-se em fundamentação robusta, com referência ao arcabouço normativo e jurisprudencial pertinente (TCU, CGU e essa Corte), bem como em parâmetros de mercado válidos e atualizados à época das contratações.

Foram examinadas as planilhas de composição de custos elaboradas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Cacoal³, com datas-base de outubro/2021 e maio/2022, ambas fundamentadas em referências oficiais (SINAPI e cotações regionais verificáveis).

Constatou-se, segundo se lê do opinativo técnico, que as variações de valores entre os dois contratos

³ Inseridas nos ID ns. 1508591 [fl.4] 1442350 [fl. 6], ambos acostados aos autos do Processo n. 02346/23.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DA PROCURADORA ÉRIKA PATRÍCIA S. DE OLIVEIRA

(Dispensa n. 56/2021 e Inexigibilidade n. 068/2022) decorrem de fatores macroeconômicos extraordinários, como a elevação generalizada de custos no período pós-pandêmico e o aumento expressivo dos combustíveis, particularmente do diesel S-10, em 2022.

Tais circunstâncias foram devidamente demonstradas e quantificadas no relatório, em conformidade com as boas práticas de análise de sobrepreço preconizadas pela CGU e pela Lei n. 14.133/2021.

Desse modo, não foram encontrados elementos que indiquem sobrepreço ou dano ao erário. As contratações analisadas, conforme restou demonstrado, revelam-se compatíveis com os preços de mercado, consideradas as peculiaridades locais e temporais da execução contratual. Assim, não subsistem razões para prosseguimento de apuração ou imputação de responsabilidade.

Feita essa breve digressão, **acompanho** o entendimento esposado pela Unidade Instrutiva, por seus próprios e suficientes fundamentos, nos termos da Recomendação n. 001/2016/GCG/MPC, que autoriza a síntese de parecer ministerial em casos de convergência com o Corpo Técnico, em prestígio aos princípios da eficiência, economicidade e celeridade processual.

Ex positis, **opina** este Ministério Público de Contas, em harmonia com o relatório técnico precedente, no sentido de:

I – Considerar cumprido o escopo da presente Fiscalização de Atos e Contratos, em atendimento ao item XIII



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DA PROCURADORA ÉRIKA PATRÍCIA S. DE OLIVEIRA

do Acórdão APL-TC n. 00023/25, porquanto restou demonstrado não subsistir evidência de sobrepreço nas contratações diretas escrutinadas (Processos administrativos n. 7185/2021 e 4085/2022);

II - Recomendar ao Prefeito do Município de Cacoal, Adailton Antunes Ferreira, ou quem o substitua ou suceda legalmente, para que aprimore e sistematize os procedimentos de composição de custos, mediante planilhas auditáveis, com base em critérios técnicos, fontes públicas e metodologia claramente documentada;

III - Arquivar os autos, após as comunicações de estilo.

É como opino.

Porto Velho, 28 de outubro de 2025.

(assinado eletronicamente)

Érika Patrícia Saldanha De Oliveira

Procuradora do Ministério Público de Contas

Em 28 de Outubro de 2025



ÉRIKA PATRICIA SALDANHA DE OLIVEIRA
PROCURADORA